

A Madeira e a mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa de Artistas e Artífices.

A necessidade de constituição de um banco de dados para Artistas e Artífices no mundo de Expressão Portuguesa.

Rui CARITA*

A ilha da Madeira foi o primeiro passo da constituição do vasto espaço da *Expressão Portuguesa* e, especialmente com o Brasil, veio a constituir um diálogo privilegiado no campo da mobilidade de artistas e artífices. Dada a sua posição estratégica no quadro do Atlântico, constituiu-se assim como um ponto de passagem quase obrigatório para todo o trânsito marítimo ao longo dos séculos XVI a XIX, que uniu a Europa ao Novo Mundo. Graças às possibilidades actuais dos meios de informação e das várias experiências em curso de constituição de redes, pensamos que seria de todo o interesse a constituição de uma base de dados alargada, iconográfica e documental, que permitisse não só reconstituir o percurso em ambos os sentidos dos vários artistas e artífices pelo vasto mundo de *Expressão Portuguesa*, como até dos materiais e das formas de expressão vinculadas pelos mesmos. É assim com o apoio de uma base de dados informática que fazemos esta nossa apresentação.

A posição da Madeira no quadro da Expansão Europeia dos séculos XV e XVI

A expansão portuguesa do século XV, iniciada pela conquista de Ceuta, em 1415, praça em terra firme e na costa marroquina do Mediterrâneo, rapidamente passou a privilegiar a ocupação das Ilhas Atlânticas, já mais ou menos referenciadas e com outras condições de segurança e possibilidades económicas de subsistência. Assim, em 1419 explorava-se oficialmente o arquipélago da Madeira, tendo o povoamento decorrido a partir de 1420 a 1425 e, em 1433, o reconhecimento do arquipélago dos Açores, decorrendo o respectivo povoamento nas décadas seguintes¹.

A exploração da costa africana decorreu nos anos seguintes, sendo a costa de Arguim, por exemplo, explorada em 1443, por Nuno Tristão. Pouco tempo depois se constituiu uma feitoria na pequena ilha central do pequeno arquipélago frente a esta costa, que rapidamente se transformou num importante entreposto de comércio de escravos, peles, couros e ouro².

* Prof. Catedrático da Universidade da Madeira.

¹ Temos nos últimos anos, com outros historiadores, abordado a *História da Madeira*, que pela nossa parte constitui 7 volumes, assim como cerca de duas a três dezenas de comunicações e artigos, devendo o último volume, respeitante ao período de 1834 a 1910, ser editado nos últimos meses deste ano de 2005.

² É muito dispersa a bibliografia sobre este castelo-fortaleza. A obra mais completa deverá ser a de Théodore Monod, *L'Île d'Arguim (Mauritanie). Essai Historique*, Lisboa, 1983, Instituto de Investigação Científica Tropical. O castelo de Arguim foi construído em 1461 nessa ilha, por Soeiro Mendes, recompensado depois com a sua alcaidaria. Distava cerca de 12 quilómetros do continente africano e na sua proximidade ficava a ilha dos Couros, principal centro de comércio de peles de toda a costa. Para Sul ficavam as ilhas das Garças, Naar e

Seguiram-se as explorações das ilhas de Cabo Verde e da costa da Guiné, do Golfo e, depois, das ilhas de São Tomé, Príncipe e Fernando Pó³.

A manutenção desta acção ao longo da costa africana contou com a colaboração das novas ilhas povoadas, quer através de pessoal aí formado, quer do reabastecimento de provisões. A Madeira, por exemplo, encontrava-se profundamente ligada a esta área desde a exploração do pequeno arquipélago de Arguim e da fundação do castelo, pagando algumas vezes os reparos do mesmo e os mantimentos para a guarnição. Com o avanço das técnicas de navegação e a necessidade de navegar em arco no Atlântico Norte, o castelo e a feitoria foram perdendo interesse, ao longo do século XVI, a pouco e pouco, apenas ali se mantendo uma pequena guarnição. Os contínuos ataques corsários de franceses, ingleses e holandeses, entretanto, também dificultaram a já precária situação da velha feitoria⁴.

O aumento do trânsito no Atlântico e a fixação dos portugueses noutras áreas a partir dos meados do século XVI, levaram à decadência de Arguim. Em breve era insustentável a manutenção ali de uma guarnição, perante a pressão corsária europeia dessa época. Assim, e embora ainda tenha sido ampliada a sua fortificação, sob risco do arquiteto Leonardo Turriano, a pequena fortaleza acabou por ser conquistada por forças holandesas, em 1638 e, alguns anos depois, também o seria por forças inglesas. Ainda foi recuperada pelos holandeses, até que em 1678 foi arrasada por forças francesas. Como memória, para a Madeira, ficou o título do bispo do Funchal e de Arguim, que para aquela costa nomeava vigários e ouvidores⁵, embora, em princípio, ali não se deslocassem.

A referência que aqui fazemos às relações da Madeira com Arguim, remete para a lenda que depois a colónia madeirense sustentou na cidade da Baía e que de que falaremos mais à frente. As relações privilegiadas da Madeira mantiveram-se com os restantes arquipélagos atlânticos, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O povoamento destes arquipélagos teve como modelo o efetuado na Madeira e para os mesmos foram mesmo enviados quadros já ali nascidos. Para as novas sês, quer da Ribeira Grande, em Cabo Verde, quer

Tider. Para se ter uma imagem da importância então desta área, basta reparar na mercê de D. Afonso V a Soeiro Mendes que, para além da alcaidaria, recebia uma tença anual de "doze escravos ou escravas, ou ouro que os valham". Esta quantia ainda era acautelada da inflação da época, pois que o documento especifica: "escravos ou ouro que os assim valha ao tempo que os assim resgatarem" (IAN/TT. Chancelaria de D. Afonso V, L.º 8, fl. 88; Évora, 26 de Julho de 1464).

³ Embora e nos meados e finais do século XV se encontrem referenciados alguns Fernando Pó, um desses, e navegador, era nessa época vereador da câmara municipal do Funchal.

⁴ Por esta área da costa africana no início da exploração passaram entre outras, a caravela que Zarco enviou até ao Cabo dos Matos, falecendo junto a Arguim o navegador Álvaro Fernandes, sobrinho do capitão do Funchal, em 1445. Tinham passado no mesmo ano por Arguim, Garcia Homem de Sousa, genro de Zarco; Diogo Afonso, Deniz Eanes da Grã e João Porto, todos com assento na Madeira e integrando a expedição de Antão Gonçalves da Câmara. Da capitania de Machico saíram também apoios para estas expedições à área de Arguim, tendo inclusivamente participado nas de 1445, Tristão da Ilha, primeiro capitão de Machico e o navegador Álvaro de Ornelas, que no regresso aproveitaram para saquear as costas das Canárias, capturando população guanche que trouxeram para a Madeira. Cf., entre outros, IAN/TT, CC., P II, 38-5, 3 de Abril de 1513. *Atestação de João de Freitas, fidalgo da casa del Rei e Executor das suas dividas na Ilha da Madeira e de Antão Álvares, cavaleiro, sobre chegar ao porto de Machico, Gonçalo Fernandes, mestre de um navio de Sua Alteza vindo do castelo de Arguim e trazendo cartas de Fernão Pinto para os Regedores e adiantado lhe mandarem vender mantimentos para o dito castelo, cujo teor vai incluso no documento.*

⁵ O historiador insular, Jerónimo Dias Leite (século XVI), era vigário de Arguim e cônego da Sé do Funchal, onde tomou posse em 1572 (meia prebenda) e 1590 (prebenda inteira), escreveu, a pedido do Dr. Gaspar Frutuoso, a *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e da descendência nobilíssima dos seus valorosos capitães*, de que existem várias versões, e que só veio a ser publicada em 1949, em Coimbra, por João Franco Machado. Cf., também, IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.º 12, fl. 215 v. Nomeação do vigário do castelo de Arguim: padre Gaspar Zuzarte, 28 de Maio de 1626.

de São Tomé, igualmente a antiga diocese-mãe do Funchal mandaria relíquias e alfaias e, ao longo do século XVII, por exemplo, dada a difícil situação económica do arquipélago de Cabo Verde, o pagamento do clero seria mesmo feito pela alfândega da Madeira.

Ao longo do século XVI o destino prioritário dos madeirenses foi o Estado Português da Índia, para onde seguiram a grande maioria dos filhos segundos da pequena nobreza insular, embora, pontualmente, também alguns herdeiros directos, como Jordão de Freitas, da vila de Santa Cruz, senhor das ilhas de Amboim e Sirona, por mercê do rei de Ternate, em 1531, assim como capitão do Moluco, em 1533 e os irmãos Abreu e os Cabral, da vila da Calheta. A saga ter-se-ia iniciado com Lopo Mendes de Vasconcelos, um dos muitos netos de João Gonçalves Zarco, que casara com uma filha de Paulo da Gama, passando à Índia em 1502, com a segunda armada do almirante Vasco da Gama. O filho, Manuel de Vasconcelos, casaria em Goa com a célebre Isabel da Veiga, que se distinguiu com o marido no primeiro cerco de Diu, em 1538.

A partir dos meados do século XVI, no entanto, toda essa actividade começa a desviar-se para o quadro do Atlântico e, especialmente, para o Brasil. O inicial interesse era a constituição de um ponto de apoio para o caminho marítimo para a Índia, mas a breve trecho era o local de excelência da emigração madeirense.

A Madeira e o Brasil

À distância de mais de 500 anos, colocar a Madeira como ponto e base essenciais do inicial povoamento, senão mesmo o primeiro reconhecimento, do imenso continente brasileiro, não só parece querer comparar uma gota de água com um oceano, como igualmente parece envolver aspectos quase chauvinistas. Mas temos de ver o assunto no quadro dos séculos XV e XVI e, assim, o assunto parece ganhar uma outra perspectiva e acuidade.

A ligação da ilha da Madeira ao imenso continente brasileiro é, muito provavelmente mesmo anterior à descoberta oficial. Muito possivelmente, teriam partido da Madeira, em inícios ou meados de 1493, as primeiras caravelas que exploraram e demarcaram concretamente a localização do território brasileiro, para incorporá-lo na área afeta à coroa portuguesa, definida no futuro Tratado de Tordesilhas assinado no seguinte ano de 1494.

As queixas sobre a partida de várias caravelas da Madeira datam de 1493, quando os Reis Católicos já haviam conseguido o aval do papa Alexandre VI para um meridiano a 100 léguas de Cabo Verde. As iniciais evasivas de D. João II em relação à deslocação das caravelas da Madeira viriam depois a ter confirmação pelo embaixador Rui de Pina e, em breve, o Rei passaria a impor um meridiano a 370 léguas, enviando para tal Rui de Leme e Duarte Pacheco Pereira a Tordezilhas, parecem não deixar muitas dúvidas de que só em 1494 se passou a saber com precisão por onde convinha ao rei português que passasse o célebre meridiano. Alguns anos depois, no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, Duarte Pacheco Pereira viria mesmo a mencionar ter estado em terra firme, muito para Ocidente de Cabo Verde, então por volta de 1498. Parece assim ainda ter havido uma nova viagem de confirmação da localização do Brasil, por altura da viagem de Vasco da Gama à Índia e antes da tomada de posse oficial feita em 1500 por Pedro Álvares Cabral⁶.

⁶ Apresentámos ao *Colóquio Internacional As Ilhas e o Brasil*, organizado no Funchal pelo Centro de Estudos Históricos do Atlântico, em 19 a 24 de Março de 2000, a comunicação "A Madeira e o Descobrimento do Brasil", ed. CEHA, Funchal, 2000, pp. 135 a 147.

O povoamento insular atlântico serviu de *modelo*, não só administrativo, comprovado pelas capitánias implantadas no Brasil, que tinham como modelo as constituídas nas Ilhas no século XV, mas ainda urbanístico, como aconteceu depois na fundação da cidade do Salvador da Baía. O governador geral Tomé de Sousa fez-se acompanhar então para o Brasil, para além de um mestre das obras reais, Luís Dias, por um lugar-tenente insular, Francisco do Canto, serviço que depois agradeceu para o pai do mesmo.

O provedor das armadas de Angra, Pero Anes do Canto, com *regimento* desde 1520, tinha levado a cabo nas décadas anteriores a reformulação da vila e do porto de Angra, que num breve lapso de tempo se impunha a todo o Arquipélago. Em 1534 era elevada a cidade e sede de bispado, a par de Cabo Verde, São Tomé e Goa, dentro do arcebispado do Funchal, criado pouco antes, em 1526. O interesse dos Açores no segundo quartel do século XVI está também patente na presença do primeiro prelado, D. Agostinho, logo em 1537, embora depois tenha regressado ao continente e sido provido no bispado de Lamego.

O governador geral Tomé de Sousa escreveu ao provedor das Armadas da cidade do Salvador, em 4 de Agosto de 1549 e referia assim a acção de Francisco do Canto: “*E se lá (em Lisboa, pois Pero do Canto estava então em Angra) ouvirdes dizer que eu fiz cá uma cidade, ele a fez, e há tanto de vosso em tudo, que não sei que maior ganho eu posso dizer dele que este*”⁷. Na nova câmara da Baía, entretanto, tinha já assento o fidalgo madeirense Diogo Moniz, que se fizera acompanhar para o Brasil do “*seu criado*” António de Freitas, na sequência do que inúmeros membros dessas famílias seguiriam igualmente para a América do Sul.

Nos inícios da segunda metade do século XVI seguiram para o Brasil vários elementos ligados à cultura açucareira e, nos anos seguintes, elementos nascidos na Madeira continuavam a integrar a nova câmara da cidade do Salvador da Baía, registando-se igualmente a presença de madeirenses na área de São Vivente e de Santos. A partir dos meados e finais do século XVI, o imenso continente brasileiro foi o principal destino da emigração madeirense, situação que se manteve até muito recentemente. Em breve fixavam-se na área da Baía inúmeros membros das famílias Aragão, Moniz e Barreto, da capitania de Machico, de que o elemento mais conhecido será João Fernandes Vieira, o chamado libertador de Pernambuco, depois governador do Paraíba e capitão-general de Angola e que, até à sua morte, em 1681, manteve relações com a terra natal, chegando a pedir à Misericórdia do Funchal que lhe reservassem lugar adequado para a montagem do seu carneiro fúnebre.

O caso de Santo António de Arguim, o primeiro padroeiro de Salvador da Baía

Nos finais do século XVI teria sido encontrada nas praias de Itapoã, cidade do Salvador da Baía, Brasil, uma imagem de Santo António, que foi dada como proveniente da fortaleza de Arguim, na actual costa da Mauritânia e daí termos insistido acima nesse aspecto. A fortaleza teria sido então saqueada por protestantes franceses e a imagem de Santo António, depois de maltratada, lançada ao mar. O seu aparecimento nas costas da cidade foi considerado milagroso e foram-lhe pedidas graças em função do que a Câmara o elegeu como seu primeiro padroeiro. Dadas as ligações da Madeira à velha fortaleza de

⁷ Padre Manuel Luís Maldonado, *Fénix Angrense*, 1º vol., Angra do Heroísmo, 1990, p. 172. Desenvolvemos este tema no IV Congresso de História da Bahia – Salvador 450 anos, 27 de Setembro a 1º de Outubro de 1999: “A fundação de São Salvador da Baía e as ilhas atlânticas”, actas que aguardam publicação.

Arguim e a contínua presença de madeirenses nas instâncias superiores da Baía, parece poder adivinhar-se um quase *lobby* insular por detrás de toda esta história⁸.

A lenda é vinculada por Frei Jaboatam, o cronista franciscano da segunda metade de setecentos⁹, que escreveu que constava do arquivo do convento da Baía uma narrativa de 1595, segundo a qual uma frota teria partido de França com o objetivo de destruir a cidade da Baía. Os capitães dessa frota eram três *luteranos* franceses, como o mesmo refere. Passando pela pequena fortaleza portuguesa de Arguim nas costas de África, atacaram a população, a igreja e destruíram a fortaleza. Apoderaram-se aí da imagem de Santo António, a qual foi embarcada em uma das naus, sofrendo zombarias e golpes de espada durante a travessia, acabando por ficar mutilada. Durante a viagem os *hereges* penduraram-no na popa e pediam que o Santo os guiasse para a Baía. Nas costas da Baía a imagem, já não necessária, foi lançada ao mar e, no mesmo dia, um temporal fez naufragar quase toda a frota. Só a nau que conduzia o Santo foi salva, porém seguia desgovernada, indo dar às costas de Sergipe, onde a tripulação arribou. Os náufragos foram, no entanto, presos e *remetidos* para a Baía, sob escolta militar.

Conta ainda o cronista que nas praias de Itapoã, a doze léguas de Salvador, a escolta que conduzia os prisioneiros encontrou a imagem de Santo António de Arguim em pé, apesar da areia movediça e dos ventos. Conduzindo a Imagem também para a Baía, os elementos da escolta encontraram um homem que a solicitou com muita veemência, para a colocar na sua ermida. Este homem era Francisco Dias d'Ávila, senhor da Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Ao tomarem conhecimento, os franciscanos foram buscar o Santo a casa de Garcia d'Ávila e levaram-no solenemente para a igreja de Nossa Senhora da Ajuda e, no dia 23 de Agosto de 1595, a imagem foi conduzida solenemente para o primitivo convento franciscano¹⁰.

A imagem de Santo António passou assim a ocupar o altar reservado geralmente nas igrejas franciscanas a esta devoção, isto é, o altar co-lateral do lado da Epístola e, segundo alguns autores, a 24 de Novembro de 1595, o Santo foi eleito padroeiro da cidade da Baía. A vereação camarária, em 8 de Dezembro de 1597, formou mesmo uma confraria de Santo António de Arguim, “*pelo muito que esta cidade e capitania lhe devia pelos milagres que Nosso Senhor fizera por sua intercessão*”¹¹. A confraria era constituída pelos chamados *homens da governança*, com cargos perpétuos, alguns dos quais oriundos da Madeira e ficou com a incumbência de realizar a festa e a procissão do Santo, o que nem sempre cumpriu.

A devoção ainda se mantinha quando da restauração de Pernambuco, em 1654, levada a efeito pelo madeirense João Fernandes Vieira, pelo que a câmara da Baía, em reunião de 22 de Novembro desse ano, mandou rezar uma missa, em acção de graças, no altar de

⁸ Trabalhamos este assunto com a Prof.^a Maria Helena O. Flexor, da Universidade Federal da Baía/CNPq em 1999. O actual padroeiro da cidade do Salvador é São Francisco Xavier instituído por voto solene do povo, a 10 de Maio de 1686, tendo a confraria dessa invocação sido instalada com capela na Igreja Catedral, em 16 de Setembro de 1755. O culto que havia sido extinto com os demais, em 1828, foi restabelecido em 1860 pela mesma Confraria (cf. *Presidência da Província*, doc. avulso) depois da grande epidemia de *colera morbus*.

⁹ Frei António de Santa Maria Jaboatam, *Novo orbe serafico brasílico...*, 1857, v. 1, p. 81. A primeira edição de sua obra foi impressa em Lisboa em 1761.

¹⁰ Essa história foi confirmada por certidão passada a Fr. Francisco dos Anjos, pregador e guardião franciscano, pelo licenciado Pedro do Campo, deão da Sé, depois de inquirir testemunhas, em 1609 (informação de Maria Helena Flexor).

¹¹ *Actas da Câmara I*, cit. David Ferreira de Gouveia, “Santo António no folclore. Algumas lendas, costumes e devoções que o tempo levou”, in *Isleña* n.º 6, Funchal, Jan. – Jun. 1990, p. 31.

Santo António na igreja do convento de São Francisco. Com a construção do novo Convento a partir de 20 de Dezembro de 1686, quarta domingo do advento, “*dia memorável, em que se costuma celebrar nesta casa, a festa do glorioso Santo Antonio, com o titulo de Arguim, pela Câmara*”¹², a capela levantada e dedicada a Santo António de Arguim, ficaria a cargo de uma família Aragão, também natural da ilha da Madeira.

Infelizmente, a “*aparecida*” imagem de Santo António encontrava-se muito danificada no século XVIII, acabando por ser substituída por uma adquirida em Lisboa. Perdeu-se mesmo a antiga indicação de “*Arguim*”, passando a imagem a ter a comum designação de Santo António de Lisboa. Tinha também, por certo, desaparecido a antiga influência madeirense na sociedade baiana.

A circulação de Artistas e Artífices

A circulação das armadas entre Portugal e o Brasil fazia-se muitas vezes pela Madeira, assim como pelas vizinhas ilhas das Canárias, como aconteceu com os célebres jesuítas do segundo contingente do padre Inácio de Azevedo, em 1571.

Os jesuítas que se deslocavam para o Brasil estiveram no Funchal um mês, entre Junho e Julho desse ano de 1571, após o que embarcaram, via Canárias, vindo a ser trucidados poucos dias depois ao largo de Tazacorte, à vista da ilha da Grã Canária, onde haviam estado alguns dias¹³, pelo célebre pirata hugenote francês Jacques de Sória, o “*pirata da perna de pau*”. Os jesuítas seguiam para o Brasil numa armada sob o comando do novo governador do Brasil, Luís de Vasconcelos, mas à saída do Funchal os navios tinham-se separado, sendo sucessivamente capturados por Jacques de Sória. Teria sido poupado somente um estudante jesuíta, perecendo todos os restantes, assim como o governador, família e equipagem, que seguiam na outra nau.

O martírio dos quarenta jesuítas da nau *Santiago* às mãos de um corsário protestante foi uma das mais importantes bandeiras da recentemente instituída Companhia de Jesus. Em breve os quarenta jesuítas eram beatificados, cimentando assim o papel da Companhia na luta contra o protestantismo e consumando-o então num martírio. A passagem pelo Funchal desses jesuítas e, inclusivamente, os locais onde haviam estado constituíram logo património do Colégio, sendo de imediato negociada a compra da quinta do Cardo, nos arredores da cidade, onde os mesmos haviam descansado. Em breve era ali também levantada uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora do Pópulo e dotada de um trabalho executado no Funchal por um dos mártires, o noviço e pintor João de Maiorca.

As ligações do colégio do Funchal ao vasto espaço do Brasil teriam sido grandes, importando o Colégio madeira e, inclusivamente, açúcar e exportando, muito provavelmente, vinho de *malvasia* da sua quinta da Fajã. Não temos conhecimento da documentação da execução da sacristia da igreja de São João Evangelista, que deve ter acontecido por

¹² Cit. por Maria Helena Flexor, por Pedro Sinzio (O.F.M.). *Maravilhas da religião e da arte na igreja e no convento de São Francisco da Baía*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933; p. 15; *Livro dos Guardiães*, p. 13.

¹³ Subsistem hoje nas Canárias ainda elementos da passagem dos Mártires: um cálice, dado como “*Cálice do pressentimento*”, em prata e datável de 1540, cálice que segundo a tradição teria sido mordido pelo futuro beato Inácio de Azevedo, quando pressentiu, numa missa celebrada nas Canárias, o seu martírio próximo (igreja de São Francisco de Borja, Las Palmas, Gran Canária, pub. in *La Huella y la Senda*, catálogo de exposição na catedral de Canárias, comemorativa dos 600 anos da fundação da Diocese, Las Palmas de Gran Canaria, 30 de Janeiro a 30 de Maio de 2004, n.º 5.9) e uma larga pintura, intitulada os *Mártires de Tazacorte*, a óleo sobre tela, 217 x 136 cm., de uma oficina local, cerca de 1750 (c.) e hoje no Museu de Arte Sacra da catedral de Santana em Las Palmas, Gran Canária (ibidem, n.º 5.10).

volta de 1720 a 1730 e onde é reconhecível a presença de madeiras oriundas do Brasil, principalmente jacarandá. O mesmo aconteceu na sacristia da Sé, executada pouco tempo depois, de que se conhece todo o andamento do projeto e onde a madeira do Brasil é especificamente referida logo de início, quer para o arcaz, quer para os diversos armários de parede das salas do cabido.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a circulação de artistas e artífices, como igualmente de materiais, era assim uma constante e, se por um lado, nem sempre a documentação identifique corretamente essa circulação, a *viagem das formas*, parafraseando o professor Pedro Dias¹⁴, de inúmeras peças executadas ao longo do espaço lusófono, e não só, confirma-o perfeitamente.

Nos meados do século XVII, por exemplo, uma complicada demanda no Funchal, envolvendo a construção de um aparatoso sacrário para as freiras de Santa Clara, demonstra-o perfeitamente. Em 1665 iniciaram as laboriosas freiras um largo peditório pela cidade do Funchal, recolhendo inúmeras peças de prata para a execução de monumental sacrário, obra entregue ao prateiro Simão Lopes. O sacrário, entretanto não avançava e, as freiras viram-se obrigadas a iniciar novo peditório, sendo a obra então entregue a um conjunto de três prateiros: António Neto, António Araújo e António Soares. O conjunto de sacrário, baldaquino e urna encontravam-se concluídos a 12 de Agosto de 1671, altura em que se apresentou ao público enquadrado por um arranjo de talha do velho mestre Manuel Pereiral e de um entalhador francês até ao momento não identificado.

Documentos posteriores do cartório da confraria do Santíssimo da sé do Funchal parecem indiciar o problema surgido entre 1665 e 1666. Com o prateiro Simão Lopes trabalhava então um outro, José Dias de Araújo, que teria fugido para o Brasil com a prata entregue pelas freiras e pela confraria da sé do Funchal. A Confraria emitiu ainda um mandado para o Brasil, “*para se cobrar ao dito prateiro, que fugiu*”, mas nas contas acabou por justificar: “*e não faço nem meto em conta os dois anos de esmolas, que deram os irmãos da Mesa (...) que dei mais do que importava em prata ao prateiro José Dias para o sacrário*”, sinal de que nada deve ter sido recuperado¹⁵.

A existência de uma quantidade interessantíssima de pratas religiosas, perfeitamente semelhantes, em Portugal, na Madeira e no Brasil, mas também nas Canárias, por exemplo, como será o caso das navetas em forma de galeão, demonstram o excepcional intercâmbio então existente. Acresce que também teremos de acrescentar intercâmbios com outras áreas, como seja os das possessões castelhanas da América Latina, assunto que só muito recentemente começou a despertar interesse nos nossos investigadores, aguardando-se uma tese a ser defendida dentro das próximas semanas, por exemplo, na Universidade de Coimbra e sobre as complexas relações da foz do Rio da Prata.

Nesta área, temos detectado nos Açores diversas peças provenientes, em princípio, das possessões castelhanas, às quais os portugueses tinham acesso, ao contrário do que acontecia com os castelhanos. A mesma situação ocorria na Madeira desde os finais do século XVI, tendo descendentes da família Teive, por exemplo, assumido o vice-reino do Peru, o caso do vice-rei Diogo de Teive III e, a partir de então, podemos detectar vários elementos na Madeira com a alcunha de “*peru*”, por terem estado naquelas paragens.

¹⁴ Pedro Dias, *A viagem das formas*, Estampa, Lisboa, 1995.

¹⁵ Cif nossa *História da Madeira*, III volume, *As Dinastias Habsburgo e Bragança (1600 – 1700)*, SER, Funchal, 1992, pp. 336, 424 e 436.

A existência de pintura das oficinas de Tenerife, nas ilhas Canárias, como as chamadas *Nossa Senhoras del Pino*, a versão canária de Nossa Senhora de Guadalupe, no convento de Santa Clara do Funchal só muito recentemente prendeu a nossa atenção, pois era área que desconhecíamos em absoluto. Nessa seqüência, também no convento de São Gonçalo da cidade de Angra do Heroísmo fomos encontrar um enorme crucifixo, com a imagem de Cristo encimada com enorme coroa de prata dourada e a cruz revestida a prata, dado localmente como proveniente do México, mas o que será assunto a encarar agora de uma outra forma. O revestimento a prata é dado localmente como adquirido em Angra por subscrição dos irmãos da confraria de São Gonçalo, mas todo o trabalho parece indiciar muito mais uma oficina ultramarina, que açoriana. Uma grande imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma *imagem-de-roca* com uma enorme crescente de prata em primeiro plano, no mesmo Convento, também nos faz pensar mais numa oficina castelhana, que numa oficina portuguesa.

Para terminar esta área, não poderemos de deixar de referir as oficinas açorianas de carpintaria do século XVI e, nessa seqüência, de embutidos em osso e dente de cachalote, ao longo do século seguinte. Embora sem documentação de apoio suficiente, têm sido dados como oriundas dos Açores uma série de trabalhos em cedro, especialmente arcas *esgrafitadas*, classificadas como de meados do século de quinhentos e dispersos por colecções várias.

No século XVII foi a vez dessas oficinas começarem a produzir cópias de exemplares indo-portugueses, como estantes de missal, onde o marfim é substituído por dente ou osso de cachalote. Os modelos inspiram-se indubitavelmente em exemplares orientais, sendo a execução mais grosseira e para além dos Açores, também já encontramos exemplares noutros locais, como na Madeira.

A situação dos inícios do século XIX

Já abordamos no anterior colóquio a situação das relações da Madeira e do Brasil nesta época, pelo que iremos passar de uma forma mais rápida, mas agora acompanhada de iconografia, assunto-base desta comunicação. Perante a invasão francesa do território português europeu, as cortes portuguesa e inglesa optaram pela retirada da família real de D. João VI para o Brasil. Embora se colocasse explicitamente nas mãos dos ingleses a ilha da Madeira, como controle de acesso ao Estreito de Gibraltar, salvaguardava-se fisicamente a integridade da família real portuguesa, que não ficou assim à disposição de Napoleão, como aconteceu com a sua congénere espanhola. A Madeira desempenhou então um importante papel na estratégia atlântica inglesa, dando guarida às suas forças até haver condições para actuarem nos teatros de guerra continentais.

A Ilha pagou, entretanto, as despesas da armada que transportou a corte para o Brasil e forneceu ainda mão de obras especializada para a instalação da mesma corte no Rio de Janeiro. Dadas as dificuldades de ligação com Lisboa, então ocupada pelos franceses, foi a Madeira chamada a participar no calcetamento das ruas daquela cidade brasileira. Em Agosto de 1812, a pedido da corte do Rio de Janeiro, o governador da Madeira iniciava o envio de vinte e oito calceteiros para aquela cidade. Os primeiros seguiram no brigue *Sabre*, de que era comandante o capitão-tenente Manuel Pereira de Melo, já tendo seguido antes mais dois. Foram então Manuel Teixeira, José Fernandes, Manuel José de Aguiar, Inácio Baptista Camacho com a mulher e dois filhos e ainda Manuel Rodrigues, também com a mulher, seguindo depois no bergantim *Flor de Lisboa*, mais dois, ambos Manuel Fernandes. Os restantes seguiriam no outro navio, já nos inícios do seguinte ano de 1813¹⁶.

¹⁶ Arquivo Regional da Madeira, *Governo Civil*, L.º 198, fl. 77 v. e 89 v. 27 Ago. 1812 e 12 Mar. 1813.

Tendo depois sido solicitado o envio de mais calceteiros, o Governador escusou-se, alegando não haver mais pessoal habilitado nessa área. Pensamos que este pessoal teria trabalhado no Rio de Janeiro enquadrado pelo brigadeiro Francisco de Allincourt, que pouco depois dessa época, em princípio, teria sido o responsável pela montagem do primitivo *calçada*. O Brigadeiro seria filho de Luís de Allincourt e sobrinho do homónimo sargento-mor Francisco de Allincourt, que em 1767 tinha montado na Madeira a Aula Militar de Geometria e Trigonometria.

Com a paz na Europa e estabilização da corte portuguesa no Rio de Janeiro, impunha-se o casamento de D. Pedro, de acordo com a situação de príncipe herdeiro. No complexo quadro do xadrez europeu à época, a escolha recaiu sobre a arquiduquesa de Áustria, Maria Leopoldina, filha de Francisco II e irmã da imperatriz Maria Luísa, casada com Napoleão Bonaparte¹⁷. A Princesa tinha ficado de embarcar no porto de Leorne, em Itália e fazer escala na Madeira. O assunto foi imediatamente comunicado ao Governador, em Janeiro e novamente em Abril¹⁸, embora o embarque só viesse a ocorrer em Agosto. Nesse último aviso voltava-se a informar que a “*Sereníssima Senhora Arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina deve chegar nos finais de Julho ou inícios de Agosto*” à ilha da Madeira, para o que se deveria preparar instalações para a Princesa com o devido “*asseio e arranjo na Casa do Governo*”, assim como “*uma ponte para o cómodo e decente desembarque da mesma Augusta Senhora*”.

A princesa Leopoldina desembarcou logo na manhã do dia da sua chegada à Ilha, “*ocultamente na Pontinha, a passear ai um pouco*” e oficialmente, às quatro da tarde no novo cais da cidade. No dia seguinte, dia 12 às oito horas, assistiu à missa celebrada pelo prelado, saindo a cavalo uma hora depois para, a convite de João de Carvalhal, visitar a Quinta do Palheiro Ferreiro, onde jantou e foi retratada. Reservou a tarde desse dia para visitar a Quinta do Vale Formoso, onde residia então o bispo vigário do Funchal, “*onde passou e merendou*”. A 13 subiu ao Monte também a cavalo, onde às oito da manhã assistiu à missa na Matriz e percorreu algumas quintas dos arredores. Lanchou na Quinta do Prazer, então propriedade do comerciante inglês Robert Page, após o que se retirou para a cidade, embarcando às três horas da tarde desse dia.

A viagem da Princesa ficou documentada pelo pintor Armand Julien Palliere (1784 – 1862), que fazia parte da sua comitiva. O álbum de desenhos aguarelados referentes à viagem é hoje propriedade dos herdeiros de Alfred Allen, encontrando-se numa das suas quintas dos arredores do Porto. Intitula-se *Viagem de Sua Alteza Real a Princesa Leopoldina desde o Porto de Liorne até à corte do Rio de Janeiro, desenhada segundo a natureza a bordo da Nao St. Sebastião que acompanhava SAR. Dedicada por Armand, Julien Palliere das Academias de França, de Hollanda e Bélgica*¹⁹.

¹⁷ O nome que surge nos documentos enviados para a Madeira é *Carolina Josefa Leopoldina*, embora o seu nome fosse Maria Leopoldina Josefa Carolina. Nasceu em Viena a 22. Jan. 1797 e faleceu no Rio de Janeiro, a 11 Dez. 1826. Foi mãe da rainha D. Maria II, do imperador D. Pedro II e de mais cinco filhos. Nos inícios de 1827, quando se encontrava a terminar o seu governo na Madeira, D. Manuel de Portugal e Castro e chefiava o novo governo constitucional a infanta D. Isabel Maria, chegaria a notícia do falecimento da Imperatriz: ARM, idem, 726, fl. 115. Ajuda, 9 Mar.; Funchal, 17 Mar. 1827.

¹⁸ Idem, 198, fl. 31 v. Rio de Janeiro, 15 Jan. e fls. 33 e 34 v., idem, 13 Abr.; ibidem, 202, fls. 66 e 66 v. 25 Abr. e fl. 71, 5 Set. 1817; idem, AHU, 3893, 3965 e 3966, of. para o Rio de Janeiro, Funchal, 25 Abr., 5 e 13 Set.; 3976 e 3977, idem para Lisboa, 21 Set. 1817.

¹⁹ Armand Julien Palliere (1784; 1862) deixou da passagem pelo Arquipélago aguarelas das *Desertas ao pôr do Sol*, 5 Set. (fl. 11); *Vista da Ilha do Porto Santo*, 7 Set. (fl. 12), *Vista da Ilha da Madeira defronte da cidade do Funchal*, (fl. 13), *Dezembrade de SAR...* 11 Set. (fl. 14), *Vilões da Ilha da Madeira vindos d'Oeste: O Vilão com o*

Em todos estes locais a Princesa teria sido recebida o melhor possível, levando da Madeira uma série de recordações exóticas como “*macacos e papagaios*”²⁰. A esquadra “*foi abundantemente fornecida de todos os refrescos e mantimentos pedidos para consumo da Orcharia (sic) de S.A.R.*”, como para provimento dos navios de guerra. Como retribuição a Princesa entregou duzentas “*moedas de ouro para os pobres*”, que o Prelado distribuiu pelo recolhimento do Bom Jesus e convento das Mercês, pelo Hospital e ainda pelos párocos da Sé, S. Pedro, Santa Maria, Santa Luzia, Monte e Camacha, assim como ainda “*distribuiu outras mais avultadas a pessoas particulares*”²¹.

A armada saiu pela meia-noite desse dia 13, deixando duas âncoras no porto. O Governador pediu para o seu oficial de ordens, major José Caetano César de Freitas, incorporar a comitiva, a fim de apresentar em nome da Madeira, as felicitações ao príncipe real D. Pedro por ocasião “*dos Reais Esponsórios, em que tanto se interessa a Lealdade Portuguesa*”, tendo também acompanhado a princesa o capitão do porto do Funchal, Francisco da Silva Brandão Banhos. A comitiva madeirense foi ainda portadora de vários presentes para o Príncipe, entre os quais uma maquineta com um pequeno presépio de barro pintado, executado na Madeira²².

Pensamos que a pintura existente hoje no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, no antigo Trem Militar, representando a Princesa a passear nas quintas da Madeira não podia ter seguido nessa altura, pois dado ter sido executada a óleo, não tinha tido tempo de secar. Teria sido enviada assim posteriormente e, com certeza, dada a legenda que ostenta, enviada pelo bispo-vigário do Funchal. A legenda refere: *Arquiduqueza Leopoldina, Princesa Real do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Etc. Paceyando na Quinta do Vale Formoso, morada actual do Bispo prezente na Ilha da Madeira, em 12 de 7 bro 1817*²³.

O trabalho foi obra do pintor madeirense João José do Nascimento e existe uma outra versão, ligeiramente menor, com 89 x 71 cm., enquanto a versão do Rio de Janeiro tem 103 x 82,5 cm., dada como pintada na Quinta do Palheiro Ferreiro, então propriedade do futuro conde de Carvalhal e cuja legenda é a seguinte: *Arquiduqueza Leopoldina Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve na quinta do Palheiro de Ferreiro na Ilha da Madeira, 12 de Setembro de 1817*²⁴. A legenda é encimada por um menino hasteando uma bandeira com as armas do Funchal, pelo que pensamos que foi executado por encomenda da Câmara Municipal, tendo a partir dela, em princípio, sido executada a versão do Rio de Janeiro.

Odre em que carrega o Vinho, admira o outro, por que poucas vezes aparecem na cidade e andão diariamente com hum pé calçado e outro descalço para lhe durar mais as botas (fl. 15), Vista do Embarque da Princesa..., 13 Set. e Planta da cidade com Explicação das Praças e principaes Edifícios (fl. 17). Fez parte da exposição *D. Pedro d'Alcântara de Bragança*, catálogo cit., pp. 118 a 120, n.º 119.

²⁰ Biblioteca Nacional da Ajuda, Ms. 54-VI-12, n.º 109, doc. 2. Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 1817. *Chegada de S.A.R. a Sereima Sra. Princesa D. Carolina (...)* Na ilha da Madeira demorou-se três dias, donde trouxe grande quantidade de macacos, papagaios, etc. Extracto da carta do bibliotecário do Paço Luís Joaquim dos Santos Marrocos para seu pai, Francisco dos Santos Marrocos.

²¹ AHU, 3078 e 3979, of. do bispo de Elvas para D. Miguel Pereira Forjaz, 22 e 23 Set. 1817.

²² ARM, 202, fls. 71 v. e 72, Funchal, 19 Set. e fls. 72 e 72 v., 28 Set.; idem, 200, fl. 44. Aviso da chegada da princesa. Rio de Janeiro, 5 Nov. 1817. Pensamos tratar-se do irmão do futuro juiz da Alfândega, Manuel Caetano César de Freitas (cf. ibidem, fl. 38 v. confirmação de 11 Set. 1817) e ambos filhos do juiz Manuel Caetano de Freitas (idem, 200, fl. 97, “*mais um ano*”, Rio de Janeiro, 22 Out. 1818); ibidem, fl. 80, vencimentos do capitão do porto, Rio de Janeiro, 17 Jul. 1819; Funchal, 20 Mai. 1820.

²³ Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (Inv. 464, óleo sobre tela, 103 x 82,5 cm.).

²⁴ O retrato, que foi propriedade dos condes da Calçada, passou depois a Júlio Barros, tendo ido a leilão em Maio de 1991, em Lisboa. Desconhece-se hoje o seu paradeiro. Cf. *Leilão de Excepcional Mobiliário e Antiguidades*, palácio do Correio-Velho, Lisboa, 15, 16 e 17 de Maio, 1991, n.º 158, p. 50.

João José do Nascimento fora aluno da chamada *Aula de Desenho e Pintura do Funchal* de Joaquim Leonardo da Rocha (1756 – 1826) e que funcionou entre 1809 e 1825, e tinha já sido aluno em Lisboa de uma das Aulas Régias, vindo para o Funchal e freqüentando também ali a Aula, Joaquim Leonardo da Rocha (1756 – 1825) era filho de Joaquim Manuel da Rocha (1727 – 1786), também professor de uma das Aulas Régias de Pintura de Lisboa, onde iniciara a sua aprendizagem e era considerado nos inícios do século XIX como “*hum dos bons pintores da Segunda ordem, que havia em Lisboa*”. Refugiou-se em 1807 na ilha da Madeira, a fim de fugir às tropas invasoras francesas e, havendo sempre sobejos do *subsídio literário* destinado ao pagamento dos mestres que lecionavam na Madeira, que davam para mais um ordenado, o governador Pedro Fagundes Bacelar tinha pedido ao Rei o estabelecimento de uma cadeira de *Desenho e Pintura no Funchal*. Segundo o Governador, respondia ao desejo dos “*habitantes de maior distinção da Ilha (...) para enriquecerem a educação de seus filhos com as ideias desta Arte liberal, e também se poder aproveitar dela a mais mocidade*”²⁵.

O pedido foi aceite por Carta Régia de 7 de Julho de 1809, sendo Joaquim Leonardo da Rocha nomeado mestre de *Primeiras Letras e Lente de Desenho* da cidade do Funchal, com obrigação de dar uma aula pública de desenho, três ou quatro vezes por semana, em lugar, dias e horas que o Governador viesse a determinar. Tinha um ordenado anual de 300\$000, que era o que recebiam os professores das cadeiras de Primeiras Letras e os outros professores régios, a que veio a juntar ainda a regalia de ter também casa paga para morar. Posteriormente foram-lhe passadas cartas régias por três anos para continuar no dito cargo, lecionando até 1825, ano em que faleceu.

Tendo falecido Leonardo da Rocha a 9 de Maio de 1825, a referida aula de Desenho e Pintura, também denominada de *Pintura Histórica*, achava-se vaga e sem professor. Para preencher a vaga houve dois pintores pretendentes: João José do Nascimento e Filipe Cardoso da Costa e [Cunha] Melo, que competiram entre si para serem providos no lugar de professor da dita aula.

João José do Nascimento, natural de Machico (1784 – c. 1850), fora aluno nas Aulas de Desenho da Corte, então de Eleutério Marques de Barros, durante quatro anos²⁶, não completando o curso pela invasão das tropas francesas. Concluiu depois o curso na Madeira com o professor Leonardo da Rocha, sendo inclusivamente premiado nessa aula. Como podemos ver, enquanto aluno de Leonardo Joaquim da Rocha, já exercia o ofício de retratista, mas nunca chegou a ocupar o pretendido lugar de professor, nem a Aula chegou a ser então aberta.

Por estes anos também exerceram na Madeira o ofício de pintores outros artífices, a que não podemos colocar a designação de artistas, pois desconhecemos quase por com-

²⁵ ARM, GC, L.º 203, f. 130 v.º – 131: 24 Abr. 1809. Cit. João Cabral do Nascimento, “Criação e Funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal”, rev. AHM, vol. I – II, 1931, p. 35.

²⁶ Segundo o art. do AHM, em 14 de Dez. 1802 matriculou-se em Lisboa na aula de Eleutério Marques de Barros, um dos discípulos do gravador Bartolozzi. Nasceu em Machico em 1784, f.º de Estevão José do Nascimento e D. Ana Joaquina de Sousa. Casou na Sê, com 64 anos (L.º de Casamentos, f. 147 v.º: 17 Maio 1848), com D. Joana Vicência de Castro, de 38 anos, natural de S. Gonçalo e f.º de José de Castro e de sua esposa Vicência Nunes. Na altura do casamento deu a profissão de “*retratista*”, morava na Rua das Pretas e declaravam já haver um f.º de nome João, com 9 anos e baptizado em S. Pedro. Cit. “Criação e Funcionamento...”, art. cit., p. 42. Citações de Paulo Ladeira, *O Rococó na Madeira*, tese de mestrado que orientamos, defendida em Outubro de 2004 e que aguarda publicação.

pleto o que teriam feito. Em Julho de 1803, por exemplo, o major apontador das obras reais, recebeu uma ordem do governador da Madeira para pagar 20\$000 por duas pinturas representando “dois infernos Elefantiacos, que por bem da humanidade pertendo pôr na Real Prezença do P. Reg [Príncipe Regente]” que mandou fazer aos jovens pintores Diogo Luís Cipriano e Timóteo António Marques²⁷.

Diogo Luís Cipriano, era filho de Ana Caetana das Neves (já viúva em 1802) e de António Cipriano da Conceição e tinha três irmãos: João, Caetano e Joaquim Cipriano, todos eles maiores de 14 anos e menores de 25 em 1802, e tinha ainda cinco irmãs: Maria Sebastiana e Joaquina Rita, maiores de 25 anos nessa data, Rita Joaquina e Luísa Maria do Monte, ambas menores de 25 anos e ainda Antónia Paula, cuja idade não se especifica. Esta numerosa família devia então 766\$179, respeitante a uma sociedade que haviam feito com João Caetano Jardim e José Cipriano. Em face disso, Diogo Luís Cipriano, em 1811 vendeu a *Phelps Page e C.^a* parte de uns sobrados de umas casas situadas nas ruas do Carmo e do Mosteiro Novo, na freguesia da Sé, que havia herdado por falecimento de sua mãe e, juntamente com a família emigrou para o Brasil.

Mais tarde, haveria de mencionar-se que emigrara, por “na sua terra natal [não ter] uma vida de expansão económica, indo bater às portas do Brasil, que lhe foram hospitaleiramente abertas, e onde manifestou exuberantemente o seu talento de artista”. Esta referência data de 1915, quando foi descoberto um quadro de Diogo Luís Cipriano, no depósito público no Rio de Janeiro, “um quadro de reputado de valor pela Escola de Bellas Artes”, que um dos seus filhos reclamava e que segundo os relatos dos diários da época, era uma “cópia d’uma tela italiana, mas d’uma execução magistral que honra e enaltece o artista”. O Pintor havia falecido em 1871, aproximadamente com 90 anos de idade e o quadro teria ido parar ao depósito do Ministério, “por uma questão levantada entre a família de Cypriano, quando elle morreu”, sendo então reclamado e manchete na comunicação social²⁸. Infelizmente, na Madeira, desconhecemos que mais trabalhos desenvolveu no Brasil.

A Madeira manteve-se ainda ao longo dos inícios do século XIX como especial escala na passagem para o Brasil, mesmo com o advento da navegação a vapor. Mercês dessa especificidade, foi assim alvo das principais atenções de Portugal e do Brasil, quando serviu de escala ao conjunto de deputados brasileiros que, apanhados de surpresa em Lisboa pela proclamação da independência, haviam optado por fugir para Londres. Escolhendo um navio que não fizesse escala no Porto ou em Lisboa, mas sim em Gibraltar, viram-se confrontados com uma escala no porto do Funchal e a serem de imediato reconhecidos, principalmente o truculento Cipriano Barata. Nenhum obstáculo, no entanto, lhes foi colocado, dado se encontrarem num navio inglês e a Inglaterra ter reconhecido a independência do Brasil.

O portal www.arquipelagos.pt

Temos desenvolvido nos dois últimos anos na Universidade da Madeira um portal informático para as nossas aulas no Departamento de Arte e Design. O portal possui nesta

²⁷ ARM, GC, L.º 800, f. 27 – 27 v.º: 26 Jul. 1803.

²⁸ No *Diário da Madeira* afirmava-se em 1915 que tinha falecido havia 44 anos, deixando vários filhos (BMF, “Um quadro valioso – obra d’um madeirense – um dos seus filhos reclama-o do governo brasileiro”, *Diário da Madeira*, ano IV, n.º 1218, Funchal, 26-05-1915, p. 1). Refira-se que em 1803 já havia pintado um quadro na Madeira, pelo que se deduz que deveria ter nascido por volta de 1780.

data cerca de dez mil imagens, que se encontram indexadas por uma ampla fixa, permitindo assim a sua pesquisa por várias formas. Como podemos entender hoje, o problema de troca de dados e de informações, numa sociedade cada vez mais globalizada, só pode existir mediante uma alargada rede de informações de que os tradicionais suportes em papel, ainda perfeitamente essenciais, têm que ser complementados com outras formas de comunicação.

Aproveitamos assim esta reunião de Historiadores Luso-Brasileiros para apresentar o trabalho que temos levado a efeito no Funchal, neste momento, essencialmente vocacionado para as Ilhas Atlânticas, Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, área em que nos encontramos mais à vontade, mas que tem de ser alargado aos restantes espaços da Lusofonia e, num futuro cada vez mais próximo, ao mundo geral de expressão ibérica. Até muito recentemente, Portugal e Espanha têm mantido uma certa disputa que já não faz sentido. Cada vez encontramos mais peças originárias do vasto Mundo de Expressão Castelhana, e vice-versa, pelo que só com esta vasta troca de informações poderemos de futuro construir as nossas bases de dados.

O portal www.arquipelagos.pt está vocacionado para o Ensino, encontrando-se assim à disposição de todos. A resolução das imagens, como é lógico, não permite uma reprodução de grande qualidade, para além de algumas que aguardam substituição por outras de melhor qualidade, mas permitem já uma consulta que se entende suficiente.

Esperamos assim que o nosso trabalho possa servir para além do pequeno horizonte que é a Universidade da Madeira e, que com as vossas sugestões e colaborações, possa melhorar.

